



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE - CCBS  
DEPARTAMENTO DE ENFERMAGEM  
CURSO BACHARELADO E LICENCIATURA EM ENFERMAGEM

MARIA DE JESUS SILVA SOUZA

ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA MULHER APENADA: Uma Revisão Integrativa da  
Literatura

CAMPINA GRANDE-PB  
2014

MARIA DE JESUS SILVA SOUZA

ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA MULHER APENADA: Uma Revisão Integrativa da  
Literatura

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
coordenação do Curso de Enfermagem como requisito  
para obtenção do título de Bacharelado e Licenciatura  
em Enfermagem da Universidade Estadual da Paraíba.

Orientadora: Prof. <sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Gabriela Maria Cavalcanti Costa

CAMPINA GRANDE-PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S729a Souza, Maria de Jesus Silva.  
Assistência a saúde da mulher apenas [manuscrito] : uma revisão integrativa da literatura / Maria de Jesus Silva Souza. - 2014.  
23 p.  
  
Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Enfermagem) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, 2014.  
"Orientação: Profa. Dra. Gabriela Maria Cavalcanti Costa, Departamento de Enfermagem".

1. Saúde da mulher. 2. Assistência a mulher. 3. Direito a saúde. I. Título.

21. ed. CDD 613.042 44

## FOLHA DE APROVAÇÃO

**Maria de Jesus Silva Souza**

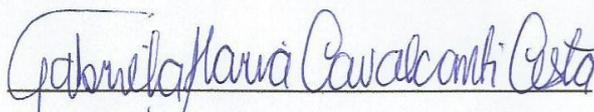
**Titulo: ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA MULHER APENADA: Uma Revisão Integrativa da Literatura.**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Gabriela Maria Cavalcanti Costa/UEPB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação do Curso de Enfermagem como requisito para obtenção do título de Bacharelado e Licenciatura em Enfermagem da Universidade Estadual da Paraíba.

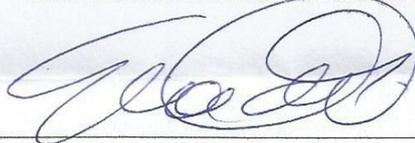
**Aprovado em: 03.12.2014**

### Banca Examinadora



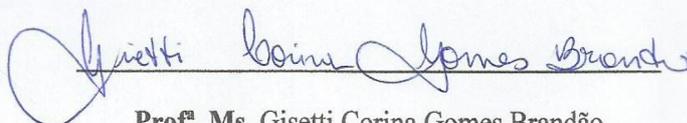
**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Gabriela Maria Cavalcanti Costa**

Universidade Estadual da Paraíba/UEPB



**Prof<sup>a</sup>.Ms. Eloíde André Oliveira**

Universidade Estadual da Paraíba/UEPB



**Prof<sup>a</sup>. Ms. Gisetti Corina Gomes Brandão**

Universidade Federal de Campina Grande/UFCG

## LISTA DE QUADROS

**QUADRO 1:** Resultados da busca dos artigos por descritor e base de dados .....07

**QUADRO 2:** Estudos incluídos na revisão integrativa, distribuído de acordo com o Título do artigo, Autor e no de publicação e objetivos .....08

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>06</b>
<b>2 OBJETIVO .....</b>	<b>08</b>
<b>3 METODOLOGIA .....</b>	<b>09</b>
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>18</b>
<b>6 REFERÊNCIAS .....</b>	<b>19</b>

## RESUMO

### ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA MULHER APENADA: Uma Revisão Integrativa da Literatura

Maria de Jesus Silva Souza<sup>1</sup>

**Introdução:** As mulheres encarceradas possuem condições específicas de vulnerabilidade e demanda atenção especial de saúde. **Objetivos:** Analisar as produções científicas nacionais e internacionais que abordam a assistência à saúde da mulher apenada. **Metodologia:** Revisão Integrativa da literatura, com busca nas bases de dados do SCIELO, MEDLINE, LILACS e BDEF, usando os respectivos descritores: Mulheres; Prisões; Saúde; Direito a Saúde. **Resultados:** Foi incluído nesse estudo o total de 14 artigos, que trata especificamente da atenção a saúde da mulher em unidades prisionais. As pesquisas apontam um grande déficit na assistência a saúde da mulher no ambiente prisional, suas necessidades específicas, muitas vezes não são atendidas pelos serviços de saúde das unidades. **Considerações Finais:** São necessárias medidas imediatas de ações de saúde, colocando em prática as políticas públicas vigentes para o grupo com a garantia de atendimento, tratamento e cura de suas enfermidades, diminuindo os riscos e agravos à saúde das mulheres presas.

**DESCRITORES:** Saúde das Mulheres; Prisões; Saúde; Direito a Saúde.

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Enfermagem pela Universidade Estadual da Paraíba- UEPB: Campina Grande-PB, Brasil. e-mail: mdjesus87@hotmail.

## ABSTRACT

### *HEALTH ASSISTANCE OF WOMEN APENADA: AN INTEGRATIVE LITERATURE REVIEW*

**Introduction:** The incarcerated women have specific conditions of vulnerability and demand special attention to health. **Objectives:** To analyze scientific publications that discuss the health assistance of apenada woman. **Methodology:** integrative literature review, with search in databases SciELO, MEDLINE, LILACS and BDNF using their descriptors: Women; prisons; health; Right to Health. **Results:** a total of 14 articles dealing specifically with women's health care in correctional facilities were included in this study. The surveys indicate substantial deficit in women's health care in the prison setting the specific needs of women are often missed by health care units. **Final Thoughts:** Is immediate action needed health interventions, putting into practice the targeted public policies for the group with the warranty service, treatment and cure of their diseases, reducing the risks and health problems of women prisoners.

**DESCRIPTORS:** Women's Health; Prisons; Health; Right to Health

## 1. INTRODUÇÃO

O aprisionamento é uma penalidade imputada ao indivíduo que cometeu atos criminosos contra a sociedade, deve seguir uma série de princípios e garantias legais, para assegurar a possibilidade de reparação do dano cometido, sem prejuízo à sua integridade física, mental e social (BRITO et al, 2013).

O mais recente Relatório a cerca da população prisional no Brasil divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça- CNJ demonstra que o Brasil possui a 4ª maior população prisional do mundo, assim como o maior déficit de vagas, passando dos 210 mil. O número de apenados entre homens e mulheres cumprindo pena no sistema penitenciário é de 567.655 apenados até maio deste ano, somado a prisão domiciliar esse número chega a 715.655, para uma capacidade de 357.219 vagas (BRASIL, 2014).

No que se refere especificamente ao aprisionamento feminino, observa-se que este tem aumentado nos últimos anos, no período de 2007 a 2012, esse número aumentou 42% (BRASIL, 2014), sobretudo em decorrência do envolvimento com o tráfico de drogas, seja na função de agentes ou de cúmplices da criminalidade (BEZ BIROLO, 2010).

Apesar da participação das mulheres no mundo do crime e seu encarceramento serem considerados como uma minoria em relação à população masculina, os presídios brasileiros femininos já apresentam muitos problemas como: superlotação, falta de estrutura física, de higiene, deficiência na assistência médica e jurídica, discriminação e fracasso na recuperação das apenadas (BRASIL, 2010a).

A população prisional é um grupo que reflete importância epidemiológica e sanitária ao país (SILVA; RIBEIRO, 2013). As péssimas condições estruturais e de salubridade encontradas nas penitenciárias brasileiras, torna os indivíduos vulneráveis a riscos potenciais de adoecimento, sobretudo pela heterogeneidade da população confinada dividindo o mesmo espaço (MILITÃO; KRUNO, 2014).

O Sistema Penitenciário Brasileiro apresenta um quadro de saúde preocupante devido a vários fatores dentre eles, o déficit de vagas nas penitenciárias, como apresentou o relatório do CNJ. Outro ponto importante é a falta de uma assistência médico-jurídica adequada e suficiente para atender as necessidades do contingente prisional (SOUSA, 2013).

Antes da criação da política para inclusão da pessoa presa no Sistema Único de Saúde, já havia previsão legal de atendimento médico, farmacêutico e odontológico para

peças apenadas, previstos em marcos históricos legais que garantiam o direito a saúde para esta população específica. Cronologicamente temos que o atendimento em saúde das peças presas em unidades prisionais, era previsto desde 1984 com a Lei de Execução Penal-LEP nº7.210, a Constituição Federal de 1988, e a Lei nº 8080/90 que instituiu o SUS (BRASIL, 2010a).

Com base nas condições desfavoráveis de habitabilidade e salubridade da maioria das unidades prisionais do Brasil, foi instituída recentemente a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Peças Privadas de Liberdade no Sistema Prisional-PNAISP, visando à inclusão dessa população aos serviços de saúde do SUS prevista pela Lei 8.080/90 (BRASIL, 2010a, 2013).

O PNAISP não trata de ações específicas voltada para a saúde das mulheres apenadas. Nesse caso, deve-se considerar a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher-PNAISM atentando para os objetivos dessa política, para que as ações de saúde voltadas para as mulheres apenadas sejam efetivadas de forma integral na unidade prisional (BRASIL, 2004; 2010a).

As metas previstas na política da mulher o PNAISM para a saúde incluem: ações para diagnóstico e tratamento de DSTs/Aids; detecção precoce do câncer cervico uterino e de mama; assistência à anticoncepção, ao pré-natal de baixo/alto risco e ao puerpério, além de ações educativas a serem desenvolvidas nas unidades prisionais (BRASIL, 2004).

As mulheres encarceradas possuem condições específicas de vulnerabilidade e demanda atenção especial do Estado, entretanto, tais condições são pouco discutidas na literatura (OLIVEIRA; SANTOS, 2012). Por este motivo objetivou-se nesse estudo analisar as produções científicas nacionais e internacionais que abordam a assistência à saúde da mulher apenada.

## **2. OBJETIVO**

Analisar as produções científicas nacionais e internacionais que abordam a assistência da mulher apenada.

### 3. METODOLOGIA

Tratou-se de uma Revisão Integrativa da Literatura, com coleta de dados realizada a partir de fontes secundárias, por meio de levantamento bibliográfico sobre uma determinada temática que se deseje estudar (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010).

A Revisão Integrativa-RI é um método de revisão amplo, pois permite incluir literatura teórica e empírica bem como estudos com diferentes abordagens metodológicas quantitativa, qualitativa, experimental e de pesquisa não experimental (POMPEO; ROSSI; GALVÃO, 2009).

A RI determina o conhecimento atual sobre uma temática específica, já que é conduzida de modo a identificar, analisar e sintetizar resultados de estudos independentes sobre o mesmo assunto (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010).

O estudo seguiu as seis etapas de elaboração da revisão: (1) escolha do tema, (2) busca na literatura (3) Critérios para categorização dos estudos (4) Avaliação dos estudos incluídos nos resultados (5) Discussão do resultado e (6) apresentação da revisão integrativa (MENDES, SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

Na RI a análise dos dados é feita de forma sistemática em relação aos objetivos, materiais e métodos, permitindo ao leitor a análise do conhecimento pré-existente do tema investigado (POMPEO; ROSSI; GALVÃO, 2009).

Para a consolidação da revisão, realizou-se a coleta de dados a partir de fontes secundárias por meio das bases de dados: LILACS- Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde, SciELO: Scientific Electronic Library, MEDLINE: Medical Literature Analysis and Retrieval System on-line e BDENF: Base de Dados de Enfermagem.

Para realizar a busca nos bancos de dados supracitados foram usados os seguintes descritores: “Saúde das Mulheres”, “Prisões”, “Saúde” e “Direito a Saúde”, pesquisados no DeCS-Descritores em Ciências da Saúde e seus respectivos descritores em Inglês “Women’s Health”. “Prisons”. “Health”. “Right to Health”, que fazem parte do MeSH- Medical Subject Heading.

Os critérios para inclusão dos artigos foram estabelecidos de acordo com o período de 2004 a 2014, de acesso livre, publicados nos idiomas de língua portuguesa, inglesa e espanhola e principalmente aqueles que atendiam ao objetivo da revisão. Os artigos excluídos foram os que não correspondiam aos critérios de inclusão supracitados. Os estudos repetidos nos bancos de dados foram considerados uma única

vez, levando em consideração aquele que apresentou o maior número de trabalhos publicados.

QUADRO1: Resultados da busca dos artigos por descritor e base de dados.

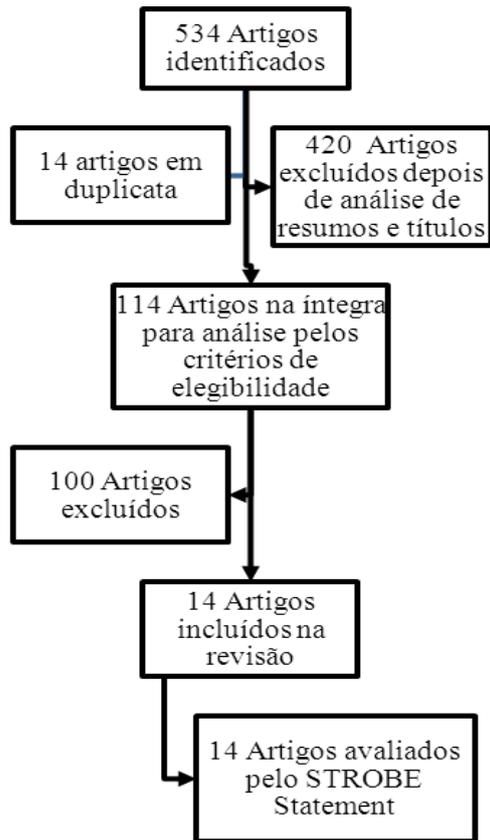
<b>DESCRITOR/BOOLEANO AND</b>	<b>BASE DE DADOS</b>	<b>NUMERO DE ARTIGOS ENCONTRADOS</b>	<b>ARTIGOS SELECIONADOS PARA REVISÃO</b>
Saúde das mulheres AND Prisões	SCIELO	Nenhum	Nenhum
Saúde AND Prisões	SCIELO	24	1
Direito a saúde AND Prisões	SCIELO	Nenhum	Nenhum
Saúde das mulheres AND Prisões	LILACS	10	Nenhum
Saúde AND Prisões	LILACS	76	7
Direito a Saúde e prisões	LILACS	7	Nenhum
Saúde AND Prisões	BDENF	6	1
Health AND Prisons AND Women	MEDLINE	411	5

Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

A amostra final foi de 14 trabalhos publicados, sendo 1 (um) artigo no Scielo, 6 (seis) artigos e uma dissertação de Mestrado no LILACS, 5 (cinco) artigos no Medline e 1 (um) artigo no BDENF.

Os artigos identificados e separados para análise foram avaliados pelo STROBE Statement- Strengthening the Reporting of Observational Studies in Epidemiology. Esse instrumento avalia as informações que deveriam estar presentes no título, resumo, introdução, metodologia, resultados e discussão de artigos científicos que descrevem estudos observacionais (MALTA et al, 2010).

Figura 1: Fluxograma de análise dos artigos pelo Strobe.



#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os trabalhos selecionados foram organizados no quadro abaixo, no qual foram dispostos dados dos artigos para facilitar na análise.

Quadro2: Estudos incluídos na revisão integrativa, distribuído de acordo com o Título do artigo, Autor e ano e objetivos.

<b>Título</b>	<b>Autor (es) e Ano</b>	<b>Objetivo</b>
Estudo de comportamento associado à infecção pelo HIV e HCV em detentas de um presídio de São Paulo, Brasil.	STRAZZA, Leila et al (2007).	Identificar as prováveis rotas para aquisição do HIV nas penitenciárias por meio de sorologias.
Maternidade atrás das grades	SILVA, Eveline Franca da; LUZ, Anna Maria Hecker; CECCHETTO, Fátima Helena.(2011)	Estudo com objetivo de conhecer as vivências da maternidade em situação de prisão e as condições de saúde infantil no sistema prisional.
Prevalência de anti-HCV, anti-HIV e co-infecção HCV/HIV em um presídio feminino do Estado do Rio Grande do Sul.	GABE, Cristina; LARA, Gustavo Muller (2008)	Determinar a prevalência de anti-HCV, anti-HIV e co-infecção de HCV/HIV em mulheres presidiárias.
Ausência de Assistência à Gestante em Situação de Cárcere Penitenciário	GALVÃO, Mayana Camila Barbosa; DAVIM, Rejane Marie Barbosa. (2013)	Descrever a experiência vivenciada por mulheres grávidas em sistema penitenciário.
Fatores de risco para o câncer de colo do útero em mulheres reclusas	ANJOS, Saiwori de Jesus Silva Bezerra dos et al. (2013)	Objetivou-se identificar os fatores de risco para o desenvolvimento do câncer de colo uterino em mulheres reclusas.
Pré-natal em unidade básica de saúde a gestantes em situação prisional	FOCHI, Maria do Carmo Silva; SILVA, Agnês Raquel Camisãoda; LOPES, Maria Helena Baena de Moraes. (2014).	Objetivou-se descrever a assistência pré-natal realizada em uma unidade básica de saúde do interior do estado de São Paulo, Brasil, e ofertada à população carcerária feminina.
MULHERES PRESIDÁRIAS: Sobreviventes de um mundo de sofrimento, desassistência e privações.	LIMA, Gigliola Marcos Bernardo De (2005).	Apreender determinantes do processo saúde-doença mental presentes na condição de vida de mulheres presidiárias.
Perfil Gineco Obstétrico de Mulheres Encarceradas no	RIBEIRO, Samila Gomes, et al. (2013).	Objetivou-se identificar o perfil gineco-obstétrico de mulheres encarceradas no Ceará

Estado do Ceará.		
Saúde sexual e reprodutiva em penitenciária feminina, Espírito Santo, Brasil	MIRANDA, Angélica Espinosa; VARGAS, Paulo Roberto de-Vargas e VIANA, Maria Carmen. (2004)	Identificar o perfil sociodemográfico e as condições de saúde das mulheres encarceradas em penitenciária feminina.
Imprisonment and women's health: concerns about gender sensitivity, human rights and public health	BERGH, Brenda J van den, et al. (2011)	In this paper we aim to draw attention to some of the main findings and to stress the necessity for action
Project Power: Adapting An Evidence-Based Hiv/Sti Prevention Intervention For Incarcerated Women	FASULA, Amy M, et al. (2013)	Conduct formative research with the target population, adapt an existing EBI based on the formative research, and evaluate the efficacy of the adapted intervention in a randomized trial (CDC).
Predictors of hepatitis B vaccination in women prisoners in two prisons in England	PLUGGE, EH; Yudkin, PL. Douglas, N. (2007)	This study aimed to investigate whether women who had been in prison before were more likely to have been vaccinated against hepatitis B and whether contact with community services was more likely to predict hepatitis B vaccination.
Reproductive Health Care and Family Planning Needs Among Incarcerated Women.	CLARKE, Jennifer G, et al. (2006)	We assessed the level of risk for sexually transmitted diseases (STDs) and the reproductive health needs of 484 incarcerated women in Rhode Island to plan an intervention for women returning to the community.
Three-year Follow-up Study of Women Who Participated in a Cervical Cancer Screening Intervention While in Prison	MARTIN, Ruth Elwood, et al. (2008)	This study describes rescreening following a prison cervical cancer screening intervention in.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

Os estudos publicados foram das áreas da saúde, Enfermagem, Medicina, Biomedicina, Epidemiologia e Saúde Pública. Com relação ao ano, as publicações se encontram entre os anos de 2004 a 2014, sendo uma dissertação de Mestrado no ano de 2005, um artigo em 2004, 2006 e 2014, dois artigos em 2007, 2008 e 2011 e quatro artigos no ano de 2013.

Quanto às metodologias dos estudos selecionados foram empregadas as abordagens qualitativas e quantitativas de natureza, objetivos e procedimentos bem variados. Seis estudos com abordagem qualitativa e oito com abordagem quantitativa. Estudos transversais, Retrospectivos, Descritivo de corte Transversal, Estudo

Documental, um Relato de Experiência, Pesquisa Formativa-Inquérito, Pesquisa Aplicada e pesquisas de campo.

Em relação as revistas, jornais e cadernos científicos de cunho nacional e internacional onde foram publicados os estudos temos, a Revista de Saúde Pública, Caderno de Saúde Pública, Revista Brasileira de Análises Clínicas, Cogitare Enfermagem, Revista Brasileira de Enfermagem, Revista Rene, Revista Texto e Contexto Enfermagem, Canadian Journal of Public Health, Bull World Health Organization & Practice e American Health Association.

Os temas dos artigos trataram de questões como a prevalência do HIV/Aids, DSTs, vivência da maternidade, assistência a gestante, implicações psicológicas, perfil gineco obstétrico das mulheres encarceradas, saúde sexual e reprodutiva bem como a necessidade de planejamento familiar, as questões da sensibilidade de gênero, vacinação, fatores de risco para o câncer de colo uterino, estudos com a prática baseada em evidências, estudo de intervenção, incentivo as ações de saúde como medidas de prevenção e promoção da saúde nas penitenciárias femininas.

Para melhor discutir os dados foram elencadas duas perguntas, que tendem a responder o objetivo proposto:

**A assistência a Saúde da Mulher no contexto das prisões tem sido abordada nos estudos científicos? Qual a relevância desses estudos?**

De acordo com resultados das pesquisas incluídas nesta revisão, foi possível concluir que existe um grande déficit na assistência a saúde da mulher no ambiente prisional.

A atenção a saúde quase inexistente nas unidades prisionais, nos estudos as mulheres apenadas relatam a falta de medicamentos para diversas doenças, a carência de escolta policial nos casos de emergência, os programas de pré-natal, exames preventivos do câncer de colo do útero e de mamas, geralmente são insuficientes e nas unidades prisionais (MILITÃO; KRUNO, 2014).

A natureza feminina tende a sofrer com mais intensidade a situação prisional, devido às suas características biológicas. As condições socioculturais e sociodemográficas, sobretudo comportamentos de risco, como usam de drogas e praticas sexuais com múltiplos parceiros são fatores que influenciam no desenvolvimento de diversas doenças, essas mulheres em sua maioria são provenientes

das periferias de centros urbanos onde as condições de saúde são precárias e o acesso aos serviços de saúde é limitado (ANJOS et al, 2013).

A elevada incidência de câncer do colo do útero no mundo faz desta doença um importante problema de saúde pública. É o segundo mais incidente e a segunda causa de óbito em muitos países em desenvolvimento. O exame preventivo do câncer de colo do útero-PCCU conhecido como exame de Papanicolau ou citologia oncológica deve ser realizado periodicamente para a prevenção e detecção precoce da doença (SOUSA, et al 2011).

Um dos artigos teve como objetivo identificar os fatores de risco para o desenvolvimento de câncer uterino em mulheres reclusas, os resultados mostraram maior vulnerabilidade para essas mulheres.

Mais trabalhos são necessários para projetar, programar e avaliar iniciativas de acompanhamento dos programas de rastreio do cancro para as mulheres apenadas no sistema prisional que estão em maior risco de desenvolver a displasia cervical (MARTIN et al, 2008)<sup>2</sup>.

Os Serviços de saúde reprodutiva, planejamento familiar e saúde sexual devem ser oferecidos às mulheres encarceradas, como direito a saúde em geral, pois detêm a propagação das DSTs/Aids e promovem a igualdade de gênero. Essas intervenções irão beneficiar as mulheres, os sistemas de justiça penal e as comunidades para onde irão retornar (CLARKE et al, 2006)<sup>1</sup>.

Pela carência de ações preventivas oferecidas pelo sistema de saúde carcerário esses serviços ainda são insipientes e, em sua maioria, não provocam mudanças de práticas para comportamentos saudáveis (ANJOS et al, 2013).

A sexualidade também foi um dos temas abordados, assim como o perfil ginecológico e obstétrico das mulheres reclusas. O perfil sociodemográfico é de mulheres jovens, mães solteiras, baixa escolaridade e baixo nível socioeconômico, que já tiveram relações sexuais pregressas numa faixa de 11 a 15 anos, dados mostraram um número considerável de gestações e abortamentos, e as relações homossexuais entre as apenadas, esses fatos resultam num alto risco de gineco-obstétrico, por não usarem de medidas preventivas em suas atividades heterossexuais bem como as homossexuais.

Foram avaliados o nível de risco para doenças sexualmente transmissíveis (DST) e as necessidades de saúde reprodutiva, riscos extremamente elevados para doenças sexualmente transmissíveis, caracterizada pela falta do uso do preservativo nas relações sexuais, múltiplos parceiros e alta prevalência de gravidez não planejada (CLARKE et al. 2006)<sup>1</sup>.

As carências no cuidado com a saúde materna-infantil, assistência ao pré-natal e atenção especial com a gestante no ambiente prisional precisam ser bastante discutidas, situação essa que deveria ser priorizada nos cuidados de saúde nas penitenciárias.

Os estudos norte americanos tem proximidade com as experiências dos estudos brasileiros, no que se refere a impossibilidade de prestação de uma assistência apropriada as gestantes no sistema prisional, conforme os padrões e praticas das penitenciarias, considerando que o mínimo necessário seja realizado para garantir cuidados as mulheres grávidas (FOCHI, SILVA; LOPES, 2014).

Apesar dos poucos trabalhos encontrados abordando sobre a saúde da mulher no sistema prisional especificamente, os mesmos apresentaram resultados bem significativos quanto as necessidades encontradas no cárcere, o que tem levado muitos pesquisadores de varias áreas do conhecimento refletirem sobre as situações em que vivem as mulheres encarceradas.

As pesquisas sobre o sistema penitenciário em todo o mundo frequentemente é abordado de forma geral, sejam homens ou mulheres, a prisão era vista como um todo, não sendo separadas as particularidades de cada gênero. Essas afirmações podem ser explicadas por Brasil (2008):

Os estudos realizados sobre a população carcerária brasileira, sempre foram feitos de forma generalizada, sem atentar para as peculiaridades das mulheres no cárcere, devido serem em número quantitativamente menor que os homens. As ações de saúde dentro das penitenciárias devem considerar todos os aspectos do indivíduo como sujeito de direitos e deveres, a assistência à saúde humana é um direito e precisa ser realizada na unidade prisional.

A evidência é consistente e sistemática, as necessidades específicas das mulheres, muitas vezes não são atendidas pelos serviços de saúde do sistema prisional. Mudanças radicais precisam ser feitas, para aumentar a disponibilidade dos serviços de saúde para a população carcerária, diminuindo as negligência a saúde, os abusos dos direitos humanos e as falhas de sensibilidade de gênero (BERGH et al, 2011)<sup>3</sup>.

De acordo com a Política Nacional dos Direitos humanos- PNDH-3 prioriza a aplicação de penas e medidas alternativa e melhoria do sistema penitenciário, com uma visão mais moderna da política de execução penal, como o objetivo de reestruturação do sistema penitenciário (BRASIL, 2010b).

Deve ser realizada nas penitenciárias a implantação de estratégias de controle de infecção articulando com a política de redução e danos para usuárias de drogas injetáveis (STRAZZA et al, 2007), campanhas de prevenção para controle dos problemas de saúde pública, ações educativas de saúde que visem a conscientização das apenadas a evitarem comportamentos de risco (GABE; LARA, 2008), exames de prevalências do câncer de colo do útero e mama, distribuição de medicamentos, materiais para higiene íntima e pessoal.

A efetivação dessas ações deve ser realizada pelos profissionais de saúde das unidades, além de atenção multidisciplinar no acompanhamento as mulheres com implicações psicológicas no ambiente prisional. Conhecer as reais demandas desta população poderá sensibilizar os profissionais a estarem preparados a novos desafios e fomentar políticas públicas capazes de atendê-los (FOCHI, SILVA; LOPES, 2014).

A política para a inclusão das pessoas presas já existe, mas faltam recursos financeiros e humanos para alcanças as metas previstas ara a saúde. É importante que medidas imediatas de prevenção, promoção sejam implantadas nas unidades prisionais para aumentar a disponibilidade dos serviços de saúde para a população carcerária, diminuindo as negligencias a saúde, os abusos dos direitos humanos e a falta de sensibilidade de gênero.

O caminho é longo, para que a assistência prestada seja eficaz e garanta a população geral em especial a prisional, que possui necessidades específicas e próprias do contexto em que vivem (FOCHI, SILVA; LOPES, 2014).

As pessoas privadas de liberdade possuem direitos e deveres constitucionalmente garantidos e têm o SUS como base de assistência a sua saúde, como qualquer outro cidadão. Cuidar da saúde da população penitenciária é estar respeitando os princípios dos SUS e os direitos humanos. A escassa atenção dada ao tema aponta para a relevância da investigação de questões que envolvem a saúde da mulher em ambientes prisionais (SILVA, 2011).

---

<sup>1</sup>CLARKE et al. 2006;<sup>2</sup>MARTIN et al, 2008; <sup>3</sup>BERGH et al, 2011: Texto adaptado da língua inglesa para a língua portuguesa.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerado um ambiente com altos índices de vulnerabilidades, o ambiente prisional nas precárias condições que se encontra atualmente, no Brasil e no mundo é provável que as situações de saúde se agravem ainda mais, necessitando de mudanças imediatas, a falta de acompanhamento de saúde no sistema carcerário produz aumento e agravamento de doenças, e apontam para um grave problema de saúde pública.

As pesquisas internacionais focam em estratégias de prevenção e promoção da saúde, realizando estudos e aplicando intervenções, com o objetivo de obter respostas satisfatórias quanto à diminuição dos riscos e agravos a saúde no ambiente prisional, considerando o processo saúde-doença e seus determinantes.

Os estudos mostram muita importância por definir o perfil epidemiológico da população, elencando seus potenciais fatores de risco, e as suas possíveis medidas de ações de saúde que devem ser implantadas imediatamente no sistema prisional. É necessário que as políticas públicas de saúde para o grupo seja efetivamente aplicada.

As questões relativas a população carcerária são sempre problemas com a estrutura precária, superlotação das unidades, falta de recursos humanos para assistência a saúde, falta de remédios, negligência de escuta médica respeitável de suas queixas, privação de matérias para higiene íntima e pessoal, além de um regimento interno que dificulta uma maior atividade dos profissionais de saúde que atuam nas unidades, pois prezam mais pela segurança do que pela saúde das pessoas presas.

Outros problemas são agravados no ambiente prisional, como nos casos de gravidez, há uma necessidade de se discutir a saúde materna-infantil no sistema penitenciário, devido a falta de médicos ou enfermeiros para acompanhamento dessas mulheres, que merecem um atendimento digno à saúde, visto que tal momento se configura como singular na vida de uma mulher.

A cooperação entre os órgãos de saúde pública e o sistema penitenciário pode produzir resultados eficientes, se trabalharem juntos promovendo mais ações de saúde, colocando em prática as políticas públicas voltadas para o grupo com a garantia de atendimento, tratamento e cura de suas enfermidades, diminuindo os riscos e agravos à saúde das mulheres presas.

## 6. REFERÊNCIAS

ANJOS, Saiwori de Jesus Bezerra dos Santos et al. Fatores de risco para o câncer de colo do útero em mulheres reclusas. **Rev. bras. enferm.** [online] ISSN 0034-7167 2013, vol.66, n.4, pp. 508-513. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S003471672013000400007&script=sci\\_abstract&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S003471672013000400007&script=sci_abstract&lng=pt)> Acesso em: 05 Nov. 2014.

BERGH, Brenda J van den, et al. Imprisonment and women's health: concerns about gender sensitivity, human rights and public health. **Bull World Health Organ** 2011;89:689–694 | doi:10.2471/BLT.10.082842. Disponível em: <<http://www.who.int/bulletin/volumes/89/9/10-082842.pdf>> Acessado em: 30 Out2014.

BEZ BIROLO, Ioná Vieira. **Puerpério em ambiente prisional: vivência de mulheres.** [Dissertação de Mestrado]- Florianópolis, SC, 2010. 125 p. Disponível em: <[https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/94252/283296.pdf?sequence="](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/94252/283296.pdf?sequence=)> Acessado em: 02 Set. 2014.

BRITO, Adriana et al (Org.). O egresso do sistema prisional: do estigma à inclusão social / Comissão de Formação Teórica e Prática do PrEsp. Belo Horizonte: **Instituto Elo**, 2013. 280 p. ISBN: 978-85-63077-07-3. Disponível em: <<http://institutoelo.org.br/site/files/publications/6249f589266779f9bd30d6a403db544f.pdf>> Acessado em: 02 Set. 2014.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Novo Diagnóstico de Pessoas Presas no Brasil.** Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas – DMF. Conselho Nacional de Justiça. Brasília/DF, junho de 2014a. Disponível em: <[http://www.cnj.jus.br/images/imprensa/pessoas\\_presas\\_no\\_brasil\\_final.pdf](http://www.cnj.jus.br/images/imprensa/pessoas_presas_no_brasil_final.pdf)> Acessado em: 05 Nov. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da saúde. Secretária de Atenção à saúde **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: Princípios e Diretrizes.** Brasília: Ministério da saúde, 2004. 82 p. ISBN 85-334-0781-5 Disponível em: <[http://conselho.saude.gov.br/ultimas\\_noticias/2007/politica\\_mulher.pdf](http://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2007/politica_mulher.pdf)> Acesso em: 02 Out. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção em Saúde. **Legislação em saúde no sistema penitenciário.** Brasília: Ministério da Saúde, 2010a. 172 p. ISBN 85-334 - 1081-6. Disponível em:

<[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/legislacao\\_saude\\_sistema\\_penitenciario.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/legislacao_saude_sistema_penitenciario.pdf)  
> Acesso em: 20 Set. 2014.

\_\_\_\_\_. **Programa Nacional dos Direitos humanos- PNDH-3**. Secretária de direitos humanos da presidência da republica. -Brasília: SDH/PR, 2010b. ver. e atual. - - Brasília: SEDH/PR, 2010. 308 p. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/direito-para-todos/programas/pdfs/programa-nacional-de-direitos-humanos-pndh-3>> Acesso em: 20 Set. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça. **Mulheres encarceradas**: Ministério Da Justiça Departamento Penitenciário Nacional- DEPEN: Ministério da Justiça. Brasília- 2008. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br>> Acesso: 20 Set. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional** e normas para sua operacionalização, Brasília, 21 de agosto de 2013. Disponível em: <<http://www.conass.org.br/Notas%20t%C3%A9cnicas%202013/NT%2033-%202013%20Poli%CC%81tica%20Sau%CC%81de%20Prisional.pdf>> Acesso em: 05 Nov. 2014.

CLARKE, Jennifer G, et al. Reproductive Health Care and Family Planning Needs Among Incarcerated Women. **Am J Public Health**. 2006 May; 96(5): 834–839. Disponível em: < [www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1470599/](http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1470599/)> Acesso em: 05 Nov. 2014.

FOCHI, Maria do Carmo; SILVA, Agnês Raquel Camisão da, LOPES, Maria helena Baena de Moraes. Pré-natal em unidade básica de saúde a gestantes em situação prisional [Relato de Experiência]. **Rev. Rene** [online] 2014 mar-abr; 15(2): 371-7. <<http://www.revistarene.ufc.br/revista/index.php/revista/article/viewFile/1675/pdf>> Acessado em: 30 Out. 2014.

GABE, Cristina; Lara, Gustavo Muller. Prevalência de anti-HCV, anti-HIV e confecção HCV/HIV em um presídio feminino do Estado do Rio Grande do Sul. **RBAC**, vol. 40(2): 87-89, 2008. Disponível em: <<http://www.sbac.org.br/rbac/011/154.pdf>> Acesso em: 05 Nov. 2014.

MALTA, Monica et al. Iniciativa STROBE: subsídios para a comunicação de estudos observacionais. **Rev. Saúde Pública** 2010;44(3):559-65. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-89102010000300021](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102010000300021)> Acesso em: 05 Nov. 2014.

MARTIN, Ruth Elwood, et al. Three-year Follow-up Study of Women Who Participated in a Cervical Cancer Screening Intervention While in Prison. **Canadian Journal Of Public Health**, July – August 2008. Volume 99, No. 4. Disponível em: <

<http://journal.cpha.ca/index.php/cjph/article/download/1648/1832>> Acesso em: 05 Nov. 2014.

MENDES Kds, SILVEIRA Rccp, GALVÃO Cm. Revisão Integrativa: Método De Pesquisa para a incorporação de evidências na Saúde e na enfermagem. **Texto Contexto Enferm.** Florianópolis, 2008 Out-Dez; 17(4): 758-64. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-07072008000400018](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072008000400018)> Acesso em: 20 Set. 2014.

MILITÃO, Lisandra Paim; KRUNO, Rosimery Barão. Vivendo a Gestação dentro de um sistema prisional. **Revista saúde (Santa Maria)**, Vol. 40, n. 1, Jan./Jul. 2014. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/revistasaude/article/view/9180>> Acesso em: 20 Set. 2014.

OLIVEIRA, Magali Gláucia Fávarode; SANTOS, André Filipe Pereira Reis dos. Desigualdade de Gênero No Sistema Prisional: considerações acerca das barreiras à realização de visitas e visitas íntimas às mulheres encarceradas. **Caderno Espaço Feminino** - Uberlândia-MG - v. 25, n. 1 - Jan./Jun. 2012 – ISSN online 1981-3082. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/anguem/article/view/15095>> Acesso em: 05 Nov. 2014.

POMPEO, Daniele Alcalá; ROSSI, Lídia Aparecida; GALVAO, Cristina Maria. Revisão integrativa: etapa inicial do processo de validação de diagnóstico de enfermagem. **Acta paul. enferm.** São Paulo,v. 22,n. 4, 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-21002009000400014&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-21002009000400014&script=sci_arttext)> Acesso em: 05 Nov. 2014.

SILVA, Eveline Franco; RIBEIRO, Elaine Rossi. Atenção À Saúde Da Mulher Em Situação Prisional. **Revista Saúde e Desenvolvimento**, vol.4, n.2, jul/dez 2013. Disponível em: <<http://www.grupouninter.com.br/revistasaude/index.php/saudeDesenvolvimento/articloe/view/188>> Acesso em: 05 Nov. 2014.

SILVA, Silvio Fernandes de. Organização de Redes Regionalizadas e Integradas de Atenção à Saúde: desafios do Sistema Único de Saúde (Brasil). **Ciência & Saúde Coletiva**, 16(6):2753-2762, 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232011000600014&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232011000600014&script=sci_arttext)> Acesso em: 20 Set. 2014.

SOUSA, M.C.P et al. Atenção à saúde no sistema penitenciário: revisão de literatura. **Rev. Interd.**v.6, n.2, p.144-151,abr.mai.jun. 2013. ISSN 2317-5079. Disponível em: <

[http://revistainterdisciplinar.uninovafapi.edu.br/index.php/revinter/article/viewFile/59/pdf\\_32](http://revistainterdisciplinar.uninovafapi.edu.br/index.php/revinter/article/viewFile/59/pdf_32)> Acesso em: 05 Nov. 2014.

SOUSA MS, et al. Perfil dos exames citológicos do colo do útero realizados no Laboratório Central do Estado do Pará. **Rev. Pan-Amaz Saúde** 2(2): 27-32, 2011. Disponível em: < <http://saudepublica.bvs.br/pesquisa/resource/pt/sus-26944>> Acesso em: 05 Nov. 2014.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**. 2010; 8(1 Pt 1):102. Disponível em: <[http://astresmetodologias.com/material/O\\_que\\_e\\_RIL.pdf](http://astresmetodologias.com/material/O_que_e_RIL.pdf)> Acesso em: 20 Set. 2014.

STRAZZA, Leila et al. Estudo de comportamento associado à infecção pelo HIV e HCV em detentas de um presídio de São Paulo, Brasil. **Cad. Saúde Pública** vol.23 no.1 Rio de Janeiro Jan. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2007000100021&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2007000100021&script=sci_arttext)> Acesso em: 05 Nov. 2014.